

O político dos corpos no longa-metragem *120 batimentos por minuto*

The Political of Bodies in the Feature Film 120 BPM (Beats per Minute)

Thiago Henrique Ramari

Universidade Cesumar (UniCesumar)

Maringá | PR | BR

thiagohenriqueramari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6267-6407>

Resumo: Derivado de uma tese de doutorado filiada à Análise do Discurso materialista, este artigo propõe a formulação conceitual de *político dos corpos*, com o objetivo central de compreender como a heterogeneidade discursiva atravessa os corpos de sujeitos integrantes da associação de ativismo social ACT UP Paris, relacionada à epidemia de HIV/Aids, a partir do retrato ficcional presente no longa-metragem *120 batimentos por minuto* (2017), de Robin Campillo. O conceito é desenvolvido no batimento com o objeto analítico, os corpos enquanto materialidades discursivas dos sujeitos-ativistas, frente à tensão estabelecida entre a heterogeneidade discursiva que sempre se marca nas reuniões internas e o efeito de consenso produzido durante protestos em espaços públicos e privados, no início da década de 1990. No trajeto teórico-analítico, observa-se que o político, entendido discursivamente como a divisão inexorável dos sentidos no social, marca-se de forma contínua nos/ pelos corpos dos sujeitos-ativistas durante as reuniões, provocando e/ou retroalimentando conflitos dentro da associação e, por conseguinte, problematizando o efeito de consenso com que se revestem durante os protestos. Desse modo, conclui-se que os corpos dos sujeitos-ativistas, sendo discursivos, são constitutiva e invariavelmente atravessados pelo político, delineando o funcionamento do político dos corpos.

Palavras-chave: análise do discurso; cinema; ativismo social; político dos corpos.

Abstract: Derived from a doctoral thesis on materialist Discourse Analysis, this article proposes the conceptual formulation of *the political of bodies*, with the central



objective of understanding how discursive heterogeneity crosses the bodies of subjects who are members of the social activism association ACT UP Paris, related to the HIV/Aids epidemic, based on the fictional portrait present in the feature film *120 BPM (beats per minute)* (2017), by Robin Campillo. The concept is developed along with the analytical object, the bodies as discursive materialities of the activist-subjects, in the face of the discursive heterogeneity that is always present in internal meetings and the effect of consensus produced during protests in public and private spaces, in the early 1990s. In the theoretical-analytical path, it is observed that the political, discursively understood as the inexorable division of meanings in the social, is continuously marked in/through the bodies of the activist-subjects during the meetings, provoking and/or feeding back conflicts within the association and, consequently, problematizing the effect of consensus they present during the protests. Therefore, it is concluded that the bodies of the activist-subjects, being discursive, are constitutively and invariably traversed by the political, outlining the functioning of the political of bodies.

Keywords: discourse analysis; cinema; social activism; the political of bodies.

1 Um percurso de entremeios

A pesquisa que originou a tese de doutorado da qual deriva este artigo foi realizada entre 2019 e 2023, no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Desde o princípio, ela se marcou como um processo no entremeio de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que se desdobrou da minha atuação como professor colaborador, entre 2017 e 2019, no Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi devido a inquietações que me atravessaram durante discussões relacionadas ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids)¹, em um grupo formado em 2018 com alunos e alunas dos cursos de Jornalismo e de Relações Públicas, que senti a necessidade de desenvolver um projeto de doutorado vincu-

¹ Não há consenso sobre a grafia dessa sigla no Brasil. Enquanto autores como Daniel (1991), Jardim (2019), Jeolás (2007), Paz (2007) e Trevisan (2023) utilizam somente letras minúsculas (aids), Ferrari Soares (2019) e Timerman e Magalhães (2015) optam pelas letras maiúsculas (AIDS) e Soares (2001), pela inicial maiúscula (Aids). De minha parte, decido pelo último caso, por considerar que o acrônimo tem o peso de um substantivo próprio nas práticas discursivas do social. Neste artigo, as exceções se aplicam aos casos em que reproduzo legendas em português do longa-metragem *120 batimentos por minuto*, nas quais a sigla é grafada apenas com letras maiúsculas.

lado à Análise do Discurso materialista, doravante AD. Após o ingresso no programa *stricto sensu* e com a profícua orientação da Profa. Dra. Renata Marcelle Lara, a pesquisa entrelaçou a Aids, o ativismo social e o corpo enquanto materialidade discursiva do sujeito, resultando na tese intitulada *O corpolítico entre a vida e a morte no longa-metragem francês 120 batimentos por minuto* (Ramari, 2023), na qual é proposta a formulação conceitual de *político dos corpos*, enfoque temático deste texto.

O desenvolvimento da noção conceitual de político dos corpos se deu no batimento com o objeto analítico, os corpos que materializam discursivamente os sujeitos integrantes da unidade parisiense da associação de ativismo social Aids Coalition to Unleash Power (ACT UP), mais conhecida como ACT UP Paris, a partir do retrato ficcional presente no longa-metragem *120 batimentos por minuto* (2017), do cineasta franco-marroquino Robin Campillo. A definição do objeto nessa materialidade fílmica ocorreu pelo potencial de investigação do corpo no âmbito discursivo, alvo de interesse de pesquisadores e pesquisadoras em AD no Brasil,² na interface com a epidemia de HIV/Aids. Desde o tateamento inicial do filme, os corpos dos sujeitos-ativistas, vários deles infectados pelo HIV ou em situação de Aids, impuseram questões sobre o modo como divergem discursivamente em meio às práticas significantes do grupo, delineando gestos de interpretação que sustentaram a proposição do conceito que, espero, contribua para a reflexão discursiva sobre corpos que integram outros grupos de ativismo social na contemporaneidade.

120 batimentos por minuto retrata a rotina de sujeitos-ativistas da ACT UP Paris no início da década de 1990, quando o diagnóstico positivo para HIV ou Aids era comumente tomado como “[...] o exato sinônimo de morte incontornável” (Hayashi, 2022, p. 28). A associação, ainda existente e da qual, segundo Lewis (2018), o cineasta participou quando jovem, integra a rede ACT UP, que chegou a somar, conforme France (2017), 148 unidades em 19 países, todas criadas sob os moldes da matriz nova-iorquina, fundada em 1987. Como sugere a sigla de identificação, que traz o verbo “agir” no modo imperativo da língua inglesa, ACT UP, esses grupos se destacaram nos primeiros anos do ativismo social relacionado à epidemia, por meio de protestos contundentes que buscavam garantir assistências farmacológica, médica e social a sujeitos-soropositivos, além de campanhas de prevenção eficientes, junto a governos, instituições e empresas. Embora tenha sido concebida pela comunidade homossexual, a rede sempre teve uma composição plural, com integrantes de diferentes gêneros, orientações sexuais e sorologias para HIV.

Na obra de Campillo, as reuniões semanais internas da ACT UP Paris compõem a prática significativa na qual os corpos dos sujeitos-ativistas mais divergem discursivamente entre si, por meio, por exemplo, de gestos distintos, semelhantes ou idênticos. Tal regularidade contrasta com o que se observa nos protestos que os mesmos sujeitos realizam em espaços públicos e privados, nos quais seus corpos se apresentam por meio de ações coreografadas que produzem um “efeito de consenso” (Indursky, 2019, p. 126) para o social, como quando caminham em uma mesma direção entoando as mesmas palavras de ordem. Todos esses momentos de divergência e convergência discursivas são entrecortados pelo romance entre os sujeitos-ativistas Sean (interpretado por Nahuel Pérez Biscayart) e Nathan (Arnaud Valois),

² Esse interesse pode ser exemplificado pelo lançamento, em 2023, do livro *O corpo na Análise do Discurso: conceito em movimento*, organizado por Maria Cristina Leandro-Ferreira e Luciana Iost Vinhas, composto por 28 textos de diferentes pesquisadores e pesquisadoras em AD.

o primeiro soropositivo e o segundo soronegativo. Os dois se conhecem durante os encontros da associação e ficam juntos até o momento em que Sean comete suicídio com o auxílio de Nathan. Antes, porém, o primeiro sofre com o severo declínio do seu estado de saúde, manifestado por doenças oportunistas e sintomas indicativos do quadro clínico de Aids.

Ao tematizar o político dos corpos em *120 batimentos por minuto*, este artigo parte da indagação sobre como os corpos dos sujeitos-ativistas se dividem discursivamente nas reuniões internas da ACT UP Paris, delineando uma contraposição ao efeito de consenso que constroem durante os protestos. Desse modo, o texto objetiva, centralmente, compreender de que forma tais corpos são atravessados pela heterogeneidade discursiva, problematizando o efeito de consenso com o qual se revestem durante os protestos em espaços públicos e privados de Paris. Para tanto, o percurso investigativo é composto por três etapas: discutir os conceitos de político e de corpo sob a perspectiva discursivo-materialista; explicar o entrelaçamento entre o político e o corpo na constituição do conceito discursivo de político dos corpos; e descrever e interpretar um recorte discursivo verbo-visual no qual o político dos corpos se marca durante uma reunião interna da ACT UP Paris.

2 O político dos corpos

Em *120 batimentos por minuto*, a ACT UP Paris realiza reuniões semanais internas, em um pequeno anfiteatro, para tratar de pautas que abordam, entre outros assuntos, do planejamento de protestos contra diferentes agentes sociais, como o governo, empresas farmacêuticas, instituições de ensino e seguradoras de saúde. Cada tópico das pautas é conduzido por um ou mais sujeitos-ativistas e o debate dele decorrente é sempre controlado por outros que fazem o papel de mediadores. Sob o nome da associação, todos os integrantes buscam garantir assistências farmacológica, médica e social a sujeitos-soropositivos franceses, bem como campanhas de prevenção que reduzam a quantidade de novos casos de HIV e Aids no país governado, naquele momento, por François Mitterrand.³ O “efeito de consenso” (Indursky, 2019, p. 126) que dão à visibilidade quando saem em manifestações é, no entanto, problematizado pela heterogeneidade discursiva que os atravessa frequentemente durante as reuniões internas.

Tal funcionamento entre o efeito de consenso e a heterogeneidade discursiva foi um dos pontos intrigantes suscitados pelo longa-metragem de Robin Campillo. Os sujeitos-ativistas que, durante os protestos, dizem as mesmas palavras, seguem o mesmo fluxo de caminhada e repetem as mesmas gesticulações em uma coreografia com aparência homogênea são os mesmos sujeitos que, nas reuniões internas da associação, divergem de modo tenaz, marcando a divisão de sentidos nos próprios dizeres e corpos. A formulação conceitual de político dos corpos, foco deste artigo, refere-se ao funcionamento discursivo dos corpos desses sujeitos internamente ao grupo, nos sucessivos momentos em que há discordâncias, confrontos, divisões. Trata-se de uma prática que rompe com a “[...] fachada de cimento per-

³ O período político abordado por *120 batimentos por minuto* evoca a análise que Pêcheux (2015, p. 16) faz do enunciado “on a gagné”, pronunciado por muitos franceses em 10 de maio de 1981, quando o socialista François Mitterrand foi eleito pela primeira vez presidente da França. Uma vitória que, ao ser anunciada pelos meios de comunicação, causou “estupor (de maravilhamento ou de terror) [...]” em parcelas diferentes da população (Pêcheux, 2015, p. 19). Ele foi, depois, reeleito em 1988.

feitamente lisa” (Courtois, 1988, p. 6 *apud* Courtine, 2023, p. 90) que os mesmos corpos exibem durante as manifestações em espaços públicos e privados.

A noção de político dos corpos se dá a partir de uma imbricação entre os conceitos de político e corpo no âmbito discursivo, conceitos que, ao serem mobilizados, evocam tantos outros do dispositivo teórico-analítico pensado inicialmente por Michel Pêcheux, “[...] fonte de postulados fundamentais [...]” (Piovezani; Sargentini, 2018, p. 12). É, portanto, uma formulação que adere ao escopo da AD, considerando a sua singularidade perante as Ciências Sociais e Humanas no saber científico da atualidade. Para argumentar sobre ela, é fundante percorrer os conceitos de político e corpo em suas especificidades, a fim de entrelaçá-los em seguida, sem perder de vista o objeto analítico em *120 batimentos por minuto*. Para tanto, parto sobretudo de Indursky (2019), Leandro-Ferreira (2013a; 2013b) e Orlandi (1996; 2004; 2017), pesquisadoras brasileiras que, ao longo das últimas décadas, teorizaram a respeito do político e do corpo a partir do legado deixado por Pêcheux e pelo grupo de estudos que liderou na França.

O político diz respeito ao fato de que “[...] os sentidos são sempre divididos [...]” e “[...] não se recobrem [...]” (Orlandi, 1996, p. 131), pois é impossível que haja um sentido único e pleno para cada forma material significante. Isto ocorre porque os sujeitos são confrontados pelo real da língua, isto é, pela “incompletude” e “autonomia relativa” dela, como explica Lagazzi (2018, p. 168); pelo assujeitamento a diferentes ideologias, que fazem com que eles “funcionem sozinhos”, nas palavras de Althusser (2008, p. 218); e, como reação a este último caso, pela resistência à dominação ideológica, já que “[...] não há dominação sem resistência [...]”, conforme Pêcheux (2014b, p. 218). É em vista desse funcionamento que Dorneles (2020) argumenta que o político funciona no discurso como uma marca da contradição⁴ e das disputas inerentes ao social; uma marca que se delineia, por exemplo, quando sujeitos examinam, questionam, discordam e negociam com base em diferentes posições ideológicas. Nessa direção, os sentidos que orbitam em torno de um mesmo significante, sobretudo os discordantes entre si, estabelecem relações de força entre os sujeitos que os mobilizam. Voltando a Orlandi (2015, p. 37), “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”.

A complexidade do funcionamento do político se traduz na mobilização do aparato discursivo como um todo, a começar pela formação ideológica (FI) e pela formação discursiva (FD). A primeira delineia um deslocamento que Haroche, Pêcheux e Henry (2020, p. 33-34) operam do pensamento materialista-histórico de Althusser para a teoria do discurso: no processo de assujeitamento por uma ideologia, o sujeito é inscrito em uma FI correspondente, que constitui “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras”. Logo, as FIs materializam a instância ideológica, oferecendo os objetos e a maneira de se servir deles em uma circunscrição de caráter regionalizado, especializado, tais como a ciência, a política e a religião. Elas demarcam posições de classe e determinam que os sujeitos nelas inscritos falem a respeito de diferentes objetos a partir dos lugares sociais que ocupam, dando visibilidade à luta de classes. Isto ocorre porque “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam” (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020, p. 34).

⁴ Contradição é um conceito discursivo pensado por Pêcheux que não trata da “[...] oposição entre duas forças que atuem uma contra a outra em um mesmo espaço [...]” (Cazarin, 2013, p. 170), mas, sim, da “[...] impossibilidade da síntese [entre elas], reiterando a distância entre contradição e oposição” (Lagazzi, 2011, p. 279).

Ao mencionarem os termos “sentido” e “palavras”, os autores assinalam a “intrincação” (Pêcheux, 2014b, p. 147) entre FI e FD, condição *sine qua non* para a primeira funcionar no social. O conjunto complexo de atitudes e representações supracitadas necessita de uma existência material para compor as práticas discursivas dos sujeitos. Atentando que, no quadro teórico da AD, a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, os elementos de uma FI se materializam, no interior de uma ou mais FDs, por meio dos discursos e da língua. Em uma passagem já clássica e frequentemente reproduzida, Pêcheux (2018, p. 73) afirma que as FDs “[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um pronunciamento, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.), a partir de uma dada posição numa dada conjuntura [...]”. O assujeitamento a uma ideologia, assim sendo, só se concretiza no interior de uma FD, quando, reconhecendo-se e engajando-se nas práticas discursivas, o sujeito age sozinho (Courtine, 2020).

A intrincação entre FI e FD não pode ser pensada sem referência ao interdiscurso. Isto porque as materialidades componentes das FDs são fornecidas por essa estrutura, em consonância com as características das FIs correspondentes. O interdiscurso remete ao conjunto de FDs existentes, espaço imensurável e inapreensível da multiplicidade dos sentidos, no qual se concentram todos os já-ditos, não-ditos e aquilo que ainda há por dizer, conforme Leandro-Ferreira (2012). É, portanto, nessa região onde se encontram as construções realizadas até então, correspondendo a um “sempre-já-aí” (Pêcheux, 2014b, p. 151) que retorna, a algo que fala antes e de forma autônoma em relação ao sujeito, delineando a memória discursiva, além de tudo o que foi silenciado e tudo o que permanece em estado de devir. Em uma operação da qual só se pode identificar rastros, o interdiscurso fornece e articula já-ditos hegemônicos aos limites de cada FD, fazendo-se absorver e esquecer no intradiscurso, as práticas discursivas dos sujeitos ali inscritos. Em vista disso, destacam-se duas propriedades do interdiscurso: o efeito de pré-construído, derivado do retorno de determinados dizeres e sentidos, e o discurso transversal, referente à articulação entre sequências dispersas, linearizando-as em correferências de sentidos no intradiscurso. Nas palavras de Pêcheux (2014b, p. 154),

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita.

Esse mecanismo não ocorre, no entanto, sem a resistência do sujeito, o que se materializa nas falhas, noção que remete aos tropeços de linguagem na Psicanálise, àquilo que “numa frase pronunciada, escrita [...] se estatela” (Lacan, 1985a, p. 30), como duplos sentidos, chistes e lapsos, delineando um rastro do real da língua e provocando, ao mesmo tempo, a divisão dos sentidos, o próprio político. Desse modo, é possível afirmar que, se o político se marca de modo inelutável entre os discursos produzidos por diferentes FDs, a resistência à dominação do assujeitamento ideológico, constitutiva de todo sujeito, engendra falhas que fazem com que o mesmo ocorra internamente em cada uma delas, afastando a possibilidade de homogeneidade e, por conseguinte, suscitando discordâncias, embates e conflitos. A divisão dos sentidos depende do processo de identificação dos sujeitos frente à forma-sujeito, o conjunto de saberes que organiza uma FD em um momento sócio-histórico-ideológico, correspondente

a determinados já-ditos e articulações fornecidos pelo interdiscurso.⁵ Sobre esse aspecto, Pêcheux (2014b) considera três modalidades discursivas do funcionamento subjetivo: a identificação, quando há um recobrimento amplo, porém não totalizante, do sujeito pela forma-sujeito, no qual o primeiro reverbera a segunda em grande medida, caracterizando-se como um bom sujeito;⁶ a contra-identificação, nas situações em que o sujeito se volta contra a forma-sujeito, duvidando, questionando, contestando as evidências de sentido, um mau sujeito; e a desidentificação, à medida que o sujeito se desvincula da forma-sujeito e, por extensão, da FD, inscrevendo-se imediatamente em outra(s), uma vez que é impossível estar fora da ideologia.

As modalidades discursivas do funcionamento subjetivo implicam considerar a estabilidade na desestabilidade. Como o conjunto de saberes que organiza a forma-sujeito é o hegemônico em um dado período, essa estabilidade só pode se constituir em meio a constantes relações de força entre reprodução e transformação, cenário que impede a sua conservação *ad infinitum*. É diante dessa estrutura dominante que figura como o quociente temporário dos embates discursivos que os sujeitos tecem relações de identificação ou contra-identificação – a desidentificação não integra esse quadro, posto que, ao se concretizar, os sujeitos já estão submetidos a outra(s) FD(s). Eles ocupam, dessa forma, posições-sujeito mais próximas ou mais distantes da forma-sujeito, dentre as quais a mais próxima de todas, aquela cujas práticas se confundem com os saberes em questão, faz-se dominante (Indursky, 2019).⁷ Tal conjuntura fragmentada expõe o caráter heterogêneo da FD, pois a resistência imposta pelos sujeitos fomenta a multiplicação dos dizeres e o deslizamento dos sentidos internamente.

⁵ Do campo do Materialismo Histórico, Althusser (1978) foi quem conceituou a forma-sujeito. Segundo o autor, em uma formação social capitalista, o sujeito assume uma forma-sujeito, isto é, uma forma de existência histórica, por meio da qual participa das práticas sociais. As formas-sujeito remetem à divisão do trabalho e à luta de classes, implicando os processos de assujeitamento ideológico – daí podermos conceber, por exemplo, uma forma-sujeito operário e uma forma-sujeito patrão. Posteriormente, no âmbito da AD, tal conceito foi deslocado e passou a ser entendido como um elemento constitutivo das FDs, mais propriamente um conjunto de saberes que se faz predominante em um momento sócio-histórico-ideológico, perante o qual os sujeitos podem traçar uma relação de identificação, fazendo circular os discursos correspondentes no social. Na explicação de Courtine (2020, p. 77), é “[...] um sujeito do saber próprio de uma FD dada e [que] existe na identificação mediante a qual os sujeitos enunciadores encontram ali os elementos do saber (enunciados) pré-construídos dos quais se apropriam como objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses elementos do saber que asseguram uma coerência intradiscursiva a seus objetivos”.

⁶ Ao não considerar o recobrimento completo do sujeito pela forma-sujeito de uma FD na modalidade de identificação, a minha exposição se alinha à retificação que Pêcheux faz da própria teoria em “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, o conhecido “Anexo 3” de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2014b). Se o autor não pondera, em um primeiro momento, sobre a resistência do sujeito no processo de identificação, o mesmo não acontece na retificação, quando afirma que “[...] levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*” (Pêcheux, 2014b, p. 279).

⁷ Ao tratar sobre a FD Sem Terra no contexto brasileiro dos anos 1990, Indursky (2019) ressalta a sua heterogeneidade discursiva interna, em função das diferentes posições-sujeito que a constituem, ocupadas por posseiros e por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento Pela Luta da Terra (MLT) e do Movimento Democrático dos Sem-Terra (MDST). Em tal cenário, o MST ocupa a posição-sujeito dominante: ao deflagrar um acontecimento discursivo, as ações do grupo colocam novos sentidos e dizeres em circulação, que são incorporados pelo interdiscurso e, posteriormente, dada a hegemonia que gozam entre aqueles que reivindicam um pedaço de terra, dão forma ao conjunto de saberes predominante da FD Sem Terra. Ainda assim, mesmo dentre os integrantes do MST, não há homogeneidade discursiva, com o político se marcando a partir das relações de contra-identificação.

Isso permite assumir, juntamente de Indursky (2019), a impossibilidade de um ritual ideológico sem falhas, assim como a imobilização dos sujeitos e dos sentidos.

Essa tessitura conceitual demonstra que o político é constitutivo das práticas discursivas dos sujeitos. Ele é resultado de processos distintos que marcam um espaço de confronto, apontando para “[...] um mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*” (Pêcheux, 1990, p. 12). Juntamente do real da língua, os processos de assujeitamento ideológico e de resistência dos sujeitos impedem que os mesmos sentidos sejam reproduzidos sobre os mesmos objetos, desencadeando relações de força que se ramificam em uma rede sem início nem fim no social. O político se marca, desse modo, entre diferentes FDs e, também, no interior de cada FD, impedindo qualquer possibilidade de homogeneidade discursiva. O que há, mesmo entre todos os sujeitos que compartilham dos saberes advindos da forma-sujeito de uma determinada FD, é a heterogeneidade discursiva, abrindo espaço para a contradição discursiva.

O corpo, o outro conceito fundante da formulação que denomino como político dos corpos, não é abordado pelo aspecto biológico, empírico ou ortopédico, mas como a materialidade discursiva do sujeito, conforme pontuam Leandro-Ferreira (2013b) e Orlandi (2017). Por conseguinte, em vez de máquina concebida de forma ciosa pela natureza, o corpo é considerado, teórica e metodologicamente, como resultado de uma construção complexa que se dá no social, tal qual o sujeito nele inscrito (Leandro-Ferreira, 2010; 2013b). Dada a relação de inseparabilidade entre corpo e sujeito, suas constituições se confundem, de modo que os efeitos de sentido (*re*) produzidos pelo primeiro não são passíveis de análise apartados do segundo (Orlandi, 2017). O corpo se torna, assim, um “dispositivo de visualização” do sujeito, um “[...] modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem” (Leandro-Ferreira, 2013b, p. 78).

Como a AD se posiciona fortemente no entremeio da Psicanálise e do Materialismo Histórico, Leandro-Ferreira (2010, p. 10) afirma que a perspectiva discursiva de sujeito se coloca “[...] estratégica e perigosamente [...]” no entremeio dos entendimentos psicanalítico e ideológico de sujeito. A aproximação com o primeiro se dá pela noção de inconsciente em Lacan (1985a, p. 25), uma instância psíquica que se estrutura “[...] *como uma linguagem* [...]”⁸ e que se marca constantemente nas relações sociais do sujeito. Em relação ao segundo, o acercamento ocorre pelo processo de assujeitamento ideológico, que remete à teoria de Althusser (2008) e diz respeito ao modo como o sujeito é cooptado por diferentes ideologias para que funcione sozinho dentro dos limites de cada uma delas no social.⁹ Em razão dessas relações e da inseparabilidade para com o sujeito que materializa, o corpo é, na abordagem da AD, afetado tanto pelo inconsciente como pelo assujeitamento ideológico, o que faz com que funcione discursivamente, e não apenas como carne, no social.

⁸ O famoso postulado de Lacan (1985a, p. 25) de que o “[...] *o inconsciente é estruturado como uma linguagem* [...]” demonstra, conforme a leitura de Leandro-Ferreira (2010), que a linguagem preexiste ao sujeito. Isso significa que, antes que o sujeito se forme, comece a pensar e estabeleça relações sociais, o plano inconsciente se organiza com a inscrição de uma série de linhas de força compostas por significantes. Nas palavras de Lacan, (1985a, p. 26), “a natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas e as modelam”.

⁹ Althusser (1980, p. 106-107) dá um exemplo: “[...] a ideologia religiosa se dirige de facto aos indivíduos para os ‘transformar em sujeitos’, interpelando o indivíduo Pedro para fazer dele um sujeito, livre de obedecer ou de desobedecer ao apelo, isto é, às ordens de Deus [...]”. Assim, além do sujeito-cristão, podemos considerar, a partir de outras ideologias, o sujeito-patrão, o sujeito-operário, o sujeito-soldado etc.

O modo como o corpo é afetado pelo inconsciente implica imbricações específicas entre a AD e o pensamento psicanalítico lacaniano. Neste último, o corpo é considerado no atravessamento pela lei do significante, que o desnaturaliza, transforma e molda, fazendo com que funcione como efeito de linguagem. Na base desse processo, os três registros psíquicos do sujeito, denominados de imaginário, simbólico e real,¹⁰ delimitam diferentes dimensões para o corpo. Na leitura de Fleig (2004, p. 135), tais dimensões dão visibilidade a um “corpo plural”, respaldado “[...] na diversidade de nossos modos de relação com ele”. O chamado corpo imaginário é resultante do estágio do espelho, no qual a criança forja para si um corpo ilusório porque aparentemente uno e completo, a partir da relação que tece com a própria imagem refletida em um espelho. Já o corpo simbólico, ao qual o corpo imaginário se articula para compor uma dita realidade, é construído por significantes como nome, gênero, etnia, classe social e lugar na genealogia, delineando uma alienação simbólica do sujeito. O real do corpo, por fim, refere-se àquela parte que, embora resista a qualquer tentativa de simbolização, não cessa nunca de não se inscrever, cavando uma falta incontornável que provoca falhas no corpo simbólico, uma equivalência aos tropeços de linguagem. Trata-se daquela parte que concentra impulsos negados, proibidos e recalcados, cujas realizações dariam vazão ao gozo pleno.

O real do corpo remete ao modo como o corpo (se) fala por meio das falhas que inscreve no corpo simbólico. Como afirma Lacan (1985b, p. 178) em uma de suas máximas, “o real, eu diria, é o mistério do corpo falante, é o mistério do inconsciente”. Essa noção é central para os deslocamentos que Leandro-Ferreira (2013a; 2013b) realiza da teoria lacaniana, a fim de conceituar o corpo na AD. A autora defende que o corpo é uma construção, que ele é feito e efeito de linguagem e que as falhas desencadeadas pela imbricação entre real do corpo e corpo simbólico fazem com que os sentidos não se petrifiquem, mas se movimentem de forma contínua, uma propriedade discursiva porque significante. Diante disso, afirma que o corpo é uma “[...] materialidade que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à falha” (Leandro-Ferreira, 2013b, p. 78), um “*corpo da visibilidade e da invisibilidade, corpo que se deixa olhar e que se coloca na posição de quem olha*” (Leandro-Ferreira, 2013a, p. 128), significando e sendo significado.

Nesse funcionamento, incluem-se, também, as especificidades da imbricação entre o assujeitamento ideológico e o corpo na AD. Uma vez que o processo de assujeitamento é inescapável ao sujeito, conforme a teoria althusseriana, ele também o é ao corpo no campo discursivo, fazendo com que ambos se configurem como “[...] produto de determinações [...]”

¹⁰ Na psicanálise lacaniana, o sujeito é dividido, devido à diferença incontornável entre os planos consciente e inconsciente, que abrangem três registros psíquicos: o real, o simbólico e o imaginário. O inconsciente está ligado ao real, cujo aspecto totalizante é impossível de ser representado. Em seu vínculo, essas duas estruturas delimitam um “centro incógnito” (Lacan, 1985a, p. 28) que marca uma falta originária, algo desde sempre inalcançável porque resistente à simbolização. Já o plano consciente remete ao imaginário, que se baseia na aparente univocidade das imagens dos objetos que circundam o sujeito no mundo empírico. Esse registro é revestido por um caráter especular ilusório que remete à similitude, à homogeneidade e à completude. É por isso bem representado pelo estágio do espelho durante o desenvolvimento infantil. Entre os planos inconsciente e consciente está o simbólico, no qual reina, nos termos de Lacan (1985a, p. 28), a “lei do significante”. Jorge e Ferreira (2007) explicam que esse registro busca simbolizar o real e articulá-lo ao imaginário, de forma insistente e sem sucesso, dando origem aos já mencionados tropeços da linguagem. Nessa dinâmica, o real sempre se marca no simbólico como uma falta, enquanto o simbólico e o imaginário se entrelaçam na constituição da dita realidade, feita de palavras e imagens.

(Leandro-Ferreira, 2010, p. 3). No entanto, o assujeitamento não tem um caráter totalizante, visto que, segundo Pêcheux (2014b), a ideologia se agarra ao inconsciente do sujeito durante o processo, mas é incapaz de recobri-lo por completo e, conseqüentemente, de evitar a resistência à dominação, marcada pelos tropeços da linguagem. Em desdobramento, o assujeitamento não é capaz de suturar a hiância entre o real do corpo e o corpo simbólico, através da qual as falhas também se marcam como resistências que (se) significam no social. É nesse invólucro discursivo permanentemente crivado que o corpo é atravessado pela historicidade, bem como pelos processos de identificação e significação de que participa o sujeito. Eis porque se pode falar de corpos cristãos, indígenas, homossexuais, operários ou artísticos e de corpos que, marcados pela resistência dos sujeitos, significam(-se) de modo diverso perante os saberes de determinada forma-sujeito. Conforme Orlandi (2017), é impossível conceber um corpo que não seja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito igualmente constituído por sentidos sempre em movimento.

O corpo do sujeito é, nas condições sócio-históricas em que vivemos, parte do corpo social tal como ele está significado na história. Isto quer dizer, entre outras coisas, que o sujeito relaciona-se com o seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza. No entanto, sempre há a incompletude, a falha, o possível. E os sentidos, como tenho repetido, sempre podem ser outros (Orlandi, 2017, p. 93).

A relação entre os conceitos de político e corpo circunscreve a base sobre a qual penso a formulação de político dos corpos. Se, nas práticas discursivas, os sentidos se dividem continuamente, estando os sujeitos inscritos ou não nas mesmas FDs, os corpos desses sujeitos também participam desse funcionamento, na medida em que são feitos e efeitos de linguagem, significando e sendo significados a partir do lugar social que ocupam. As divisões neles materializadas são provocadas pelo movimento ao mesmo tempo intrincado e tensionado do inconsciente e da(s) ideologia(s) nos sujeitos, um movimento que é produtor de sentidos, incluindo aqueles derivados de falhas. Proponho, em vista disso, a noção de político dos corpos como a divisão dos sentidos produzida nos/pelos corpos, em razão do modo pelo qual são afetados pelo inconsciente e pela(s) ideologia(s) que atravessa(m) os sujeitos. Tal divisão encontra sua *vis et ratio* desde o princípio da constituição desses corpos, delimitando, a partir de então e continuamente, espaços de disputa e relações de força. O político dos corpos traz, portanto, marcas da luta de classes que atravessa o social.

Como mencionado, o desenvolvimento dessa formulação se entrelaça ao funcionamento discursivo dos corpos dos sujeitos-ativistas da ACT UP Paris, durante reuniões semanais internas, em *120 batimentos por minuto*. Esse vínculo se ampara em uma regularidade, a algo que se repete como uma estrutura discursiva, apontando para uma “[...] relação contraditória da linguagem com a exterioridade” (Orlandi, 1996, p. 29). Refiro-me às intensas e, por vezes, insuperáveis discordâncias que atravessam os sujeitos: dos sete encontros retratados pelo longa-metragem, seis deles são marcados por objeções que os levam a discutir tenazmente o papel e os planos do grupo perante diferentes circunstâncias, colocando sentidos divergentes em jogo. A sexta reunião é a única que não traz tal regularidade, pois o enfoque não está no debate, nem sequer apresentado, mas no diálogo em tom confessional entre os dois personagens centrais, Sean (interpretado por Nahuel Pérez Biscayart) e Nathan (Arnaud Valois).

Para realizar um gesto de interpretação, pondero, no trabalho com a materialidade fílmica, que os sujeitos-ativistas se inscrevem em uma FD por mim designada “Ativismo Social Relacionado à Aids”. Parto da observação de que, independentemente da própria sorologia para HIV, eles são afetados em alguma medida pela epidemia de HIV/Aids, o que os leva a um engajamento que só se concretiza com a vinculação a essa FD e com a consequente relação com os saberes da forma-sujeito que a organiza, a do “Ativista Social Relacionado à Aids”. No início dos anos 1990, a ACT UP Paris é a associação ligada à epidemia com maior notoriedade pública na França, em razão das ações contundentes que promove, alinhadas à rede mundial da ACT UP. Por isso, o grupo ocupa a posição-sujeito dominante da FD, aquela mais próxima dos saberes da forma-sujeito, confundindo-se mesmo com eles, o que não exclui as disputas internas entre os seus membros. Outras associações francesas, a exemplo da Aides, também integram a FD, mas ocupam posições-sujeito distanciadas da forma-sujeito, dadas as especificidades do próprio ativismo, mais brando.

Na regência dessa configuração está a FI que designo de “Ativismo Social”. Ela fornece um conjunto de atitudes e representações não somente à FD “Ativismo Social Relacionado à Aids”, mas a todas aquelas compostas por sujeitos-ativistas, como as com enfoques ambientais, antirracistas e feministas. Essa FI, que materializa uma ideologia homônima, a do “Ativismo Social”, dá início ao processo de assujeitamento de sujeitos em ativistas sociais, cuja finalização ocorre com a vinculação deles em uma das várias FDs a ela intrincadas. Por meio desse funcionamento, sujeitos se reconhecem como ativistas e compartilham de um *modus operandi* semelhante: reunião em grupos para angariar legitimidade e visibilidade públicas; realização de ações das mais brandas às mais contundentes, a fim de expor reivindicações; e participação em tentativas de negociação envolvendo o governo e outras instituições, que constituem, nos termos de Althusser (2008), o Aparelho Repressor de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs).

No processo de assujeitamento do ativista social, as especificidades de cada FD funcionam como desdobramentos possíveis. Embora seja o mais recorrente, não é condição, para o ativista, integrar o grupo pelo qual se reivindica algo, o que implica diferentes relações com a ideologia. Eis porque não é preciso ser um sujeito-negro para ser um sujeito-ativista relacionado ao antirracismo; um sujeito-mulher para ser um sujeito-ativista relacionado ao feminismo; ou, ainda, um sujeito-soropositivo para ser um sujeito-ativista relacionado à Aids. Independentemente da FD, as reivindicações demarcam um confronto direto com o que Althusser (2008) denomina de ideologia dominante, aquela que reveste a classe que detém o poder de Estado. No período e local abordados em *120 batimentos por minuto*, a ideologia “Burguesa” é a que se faz dominante, enquanto a do “Ativismo Social” integra o rol daquelas tidas como dominadas, salientando a resistência e dando mais visibilidade ao político do discurso, do qual os corpos dos sujeitos-ativistas não saem incólumes.

Para a realização de um batimento entre teoria e prática, destaco um recorte discursivo verbo-visual referente à quinta reunião semanal interna da ACT UP Paris apresentada pelo longa-metragem, enfocando os sujeitos-ativistas Hélène (Catherine Vinatier), Max (Félix Maritaud), Sean (Nahuel Pérez Biscayart) e Thibault (Antoine Reinartz). O recorte abrange os corpos e parte dos enunciados dos personagens no trecho entre os pontos 75’33” e 79’39” da edição brasileira em DVD, quando debatem se o grupo deve continuar exigindo a prisão de agentes governamentais, em vista dos casos de franceses infectados com o HIV durante transfusões de sangue. Mesmo ocupando a posição-sujeito dominante na FD “Ativismo Social

Relacionado à Aids”, esses personagens integram subgrupos distintos e não aderem à mesma modalidade discursiva do funcionamento subjetivo, fornecendo marcas da heterogeneidade discursiva que os constitui, assim como do funcionamento do político dos corpos. Essa tensão delineia, de forma inescapável, a contradição discursiva interna à associação.

Hélène começou a participar da ACT UP Paris depois que o seu filho, o também ativista Marco (Théophile Ray), infectou-se com o HIV durante transfusões de sangue. Em um momento da reunião, ela se levanta da carteira onde está sentada e segue para o espaço em frente ao quadro-negro do anfiteatro, demandando um debate sobre a posição da associação acerca da exigência de prisão de agentes governamentais franceses. O pedido dela se dá em resposta a um texto publicado em um informativo do grupo que circula durante o encontro, no qual é criticada por, frente à comissão dedicada às questões relativas às transfusões sanguíneas, vindicar as penas de detenção. O principal argumento dos autores do texto, Max e Sean, da comissão que trata da epidemia no cenário carcerário, é o de que as penitenciárias são locais onde ocorrem infecções pelo HIV, pois os detentos não têm acesso a preservativos ou a seringas descartáveis, o que deveria inviabilizar os pedidos de prisão. Durante o debate que se estabelece, os dois jovens também se levantam, mas permanecem em frente às carteiras onde estavam sentados até então. Thibault, presidente e porta-voz oficial do grupo, é o último a se levantar, posicionando-se ao lado de Hélène, de onde defende o ponto de vista dela.

Um ponto a ser explorado, porque constitutivo das condições de produção do recorte, é a segmentação da ACT UP Paris em comissões que lidam com diferentes frentes relacionadas à epidemia de HIV/Aids, a fim de se alcançar objetivos específicos, além de outros, gerais, compartilhados por todas. Essa ramificação em grupos menores com interesses inerentes e coletivos é um dos meios pelos quais a divisão discursiva e, por conseguinte, as relações de força se dão à visibilidade no âmago da posição-sujeito dominante. A luta de classes, atravessada pelas características da epidemia no período abordado, sustenta a criação e os embates entre as comissões, estabelecendo lugares ao mesmo tempo deslocados e atados entre si, de onde os sujeitos e seus corpos significam e são significados. Como resultado, algumas comissões angariam mais importância do que outras, fazendo com que os discursos de seus integrantes tenham mais peso do que os de outros interna e externamente à associação. Ao fim do recorte, Max expõe essa diferença em um enunciado: “O caso do sangue contaminado é a vitrine da Act Up. Interessa mais à mídia do que putas, drogados e estrangeiros, sem falar das prisões”. A contradição está, portanto, posta na forma-sujeito “Ativista Social Relacionado à Aids”.

Levando em conta as comissões das quais Hélène, Max e Sean participam, os espaços que os seus corpos ocupam no anfiteatro durante o debate são significantes para a análise discursiva. No início, quando Hélène segue até o local em frente ao quadro-negro demandando um debate sobre a exigência das penas de prisão, seu corpo passa a ocupar uma posição destinada a uma autoridade, a quem tem o direito de falar a um público com base em uma legitimidade construída imaginária e socialmente. Tal efeito integra práticas discursivas de diferentes FDs: os rituais de sala de aula, de palestra científica ou de missa católica trazem o(s) sujeito(s) tido(s) como autoridade(s) à frente das respectivas audiências, de onde enuncia(m) reflexões, saberes, sermões. A realocação espacial da personagem faz com que os seus enunciados e o seu corpo signifiquem de uma posição privilegiada, neste caso para tratar de questões relativas às transfusões de sangue em meio à epidemia de HIV/Aids na França. Desse local, ela fala como membro da comissão correspondente e como mãe de um jovem que se infectou por meio desse procedimento médico.

“equivoco coletivo” a reivindicação de detenções, circunscrevendo, ao lado de Max, a figura do “mau sujeito” (Pêcheux, 2014b, p. 199). Ao questionarem a forma-sujeito com parte do saber que lhe é constitutivo, os dois não gozam da mesma legitimidade que Hélène, determinando a maneira como seus corpos se discursivizam perante a associação.

Tal gesto analítico é reforçado pela entrada, no debate, do presidente e porta-voz Thibault. Nos diferentes agrupamentos existentes no social, incluindo aqueles categorizados como ativistas, o porta-voz é o sujeito autorizado a falar publicamente em nome de todos os integrantes, como conceitua Indursky (1995; 2019) em movimentos teórico-analíticos envolvendo o povo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Utilizando-se normalmente do pronome “nós”, no qual se inclui, o porta-voz faz circular dizeres tomados como representativos de uma coletividade, compostos por análises, críticas, dados ou exigências e dirigidos a agentes sociais diversos, a exemplo do governo, dos meios de comunicação e de parcelas populacionais (Indursky, 2019). Didaticamente, Conein (2016, p. 95) expõe o mecanismo operacionalizado por essa função enunciativa, por meio da fórmula linguística “*legisladores, nós pedimos F*”, na qual “F” remeteria à decisão consensual de um grupo que é dada à visibilidade pública por intermédio de seu porta-voz. Nas palavras de Pêcheux (1990, p. 17), o sujeito que exerce essa função é

[...] ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

O consenso que cerca a figura do porta-voz não passa, entretanto, de um efeito, de uma construção. Conforme Lara (2020, p. 235), ainda que essa função enunciativa seja “[...] destinada a dar voz ao grupo ou ao movimento que o porta-voz representa(ria) [...]”, o seu cumprimento faz com que posições discordantes internas sejam silenciadas, permanecendo desde então como o irrealizado, em prol de um discurso pretensamente homogêneo. No recorte analisado, a exposição da contradição discursiva faz com que Thibault se levante da carteira onde está sentado e se posicione ao lado de Hélène em frente ao quadro-negro, de onde argumenta em defesa da exigência dos pedidos de prisão. Dada a sua visibilidade interna e externa, o personagem reforça a autoridade que atravessa os enunciados e o corpo de Hélène, ao mesmo tempo em que compartilha dela. A sua posição sublinha também a dissimetria das relações de força que envolvem as comissões: se ambas as reivindicações encontram respaldo na forma-sujeito, o embate entre elas tende a privilegiar aquela que conta com mais apoio, mais visibilidade, silenciando a outra. Até o fim do debate, nenhuma decisão é tomada sobre a continuidade da exigência das prisões, mas, naquele momento, a comissão relativa às transfusões de sangue é a “vitrine da Act Up”, como diz Max.

Embora dê força a Hélène, a entrada de Thibault no debate problematiza a representatividade da função enunciativa do porta-voz na ACT UP Paris. Da posição de autoridade, à frente do quadro-negro, ele se volta para Max e Sean, dizendo “não entendo o que vocês querem” e “nosso papel é defender todas as vítimas da AIDS”. Enquanto o uso do pronome “vocês”,

na primeira sentença, aponta para Max e Sean como maus sujeitos à parte do todo, o uso de “nosso”, na segunda, remete a toda a associação como se fosse um agrupamento atravessado pelo consenso que ele promove. Os enunciados, que aparecem um após o outro, forçam um efeito de consenso em torno da exigência de prisões por meio do encobrimento da divisão apontada. Como Max e Sean resistem a compartilhar do mesmo ponto de vista, a representatividade do porta-voz, um “efeito visual” (Pêcheux, 1990, p. 17), é colocada em xeque – é o primeiro que, perante o risco do irrealizado, enuncia: “Você está contente com isso, Thibault, mas eu não estou!”. Essa resistência indica, com base em Pêcheux (2014b), a dificuldade de identificação com a forma-sujeito da FD.

Nas relações de força estabelecidas mediante a contradição, o político se marca tanto nos dizeres como nos corpos em questão. Isto ocorre porque, para além do que é formulado verbalmente, existe um “[...] sistema de signos não linguísticos [...]” que configura os gestos corporais, a exemplo de aplausos, risos, tumultos e assobios, como “[...] atos no nível do simbólico [...]”, conforme Pêcheux (2014a, p. 77). Assim, considerando que “um sujeito em silêncio se apresenta com um corpo que significa seu silêncio e se significa nesse silêncio”, como afirma Orlandi (2017, p. 86), é possível assumir que, em vista do político, o tom das vozes, as expressões faciais e as gesticulações e movimentos (ausentes) dos corpos, mesmo quando semelhantes ou até idênticos, significam e são significados conforme o sujeito-ativista se relaciona com a forma-sujeito da FD e, por extensão, com a ideologia que a instaura, apontando para falhas no processo de assujeitamento. Esse funcionamento se sustenta naquilo que Cazarin, Souza e Silva (2022, p. 91) tratam como “[...] a relação corpo, sujeito e sentido que se faz significar, visualizar [...]”.

Um exemplo constante no recorte é o que Navarro (2018, p. 29, tradução minha) denomina de “encarar agressivo”, isto é, um olhar fixo que remete comumente ao confronto, à intimidação e à intolerância a um comportamento. Hélène e Thibault, de um lado, e Max e Sean, de outro, encaram-se dessa forma durante o debate, mas os sentidos produzidos em torno do gesto não são os mesmos, pois partem de posições diferentes, identificada ou contra-identificada perante os saberes predominantes à FD. O “encarar agressivo” dos dois primeiros serve à manutenção do discurso que pede a prisão de agentes governamentais franceses, enquanto o “encarar agressivo” dos dois últimos se marca como uma oposição à continuidade de tal reivindicação pelo grupo. Essa diferença faz retornar a teoria: se, conforme Haroche, Pêcheux e Henry (2020), uma mesma palavra muda de sentido de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos, o mesmo pode ser considerado em relação à maneira como os seus corpos se apresentam, interna ou externamente a uma FD, marcando de forma inviolável a relação entre corpo, sujeito e sentido.

A divisão dos sentidos se estabelece de outras maneiras entre os corpos dos sujeitos-ativistas que assistem ao debate. Destaco o estalar de dedos, movimento no qual o polegar e o dedo médio são friccionados a fim de gerar o som de estalo, cujo efeito é deslocado no recorte. Se, no âmbito do semanticamente estabilizado, esse gesto remete a um pedido de atenção, a uma exigência por agilidade ou ainda a uma sinalização de que o sujeito tenta se lembrar de algo, como atesta Morris (1994), nas reuniões semanais internas da ACT UP Paris significa uma manifestação de aprovação a algo que é dito durante o debate, sentido derivado do aplauso. Esse funcionamento se apoia em uma regra do ritual da reunião: como o bater das palmas gera um som que acaba por interromper quem está se pronunciando, o estalar

de dedos é utilizado para indicar anuência, assentimento.¹² Desse modo, em meio aos debates de cada encontro, a maioria dos sujeitos-ativistas e os seus corpos (se) significa, por meio desse gesto, perante o político que eclode invariavelmente. No recorte em questão, enquanto alguns se alinham a Hélène e Thibault, outros o fazem com Max e Sean.

De tudo quanto precede, é seguro admitir que o político, por ser constitutivo do discurso, não escapa ao corpo. Como “todo dizer é um gesto político, porque toda a significação tem uma direção, divide” (Orlandi, 2004, p. 129), o mesmo pode ser assumido em relação ao corpo do sujeito, uma vez que não é mera matéria biológica, mas construção social que o caracteriza como discursivo. Nessa perspectiva, ao materializar o sujeito, o corpo se torna um “dispositivo de visualização do sujeito” (Leandro-Ferreira, 2013b, p. 78) e, por conseguinte, um “dispositivo de observação do político” (Indursky, 2019, p. 58) que se manifesta nas suas práticas discursivas cotidianas. O político dos corpos está ligado à maneira como o sujeito se relaciona com o inconsciente e com as ideologias, integrando o complexo mecanismo composto por FIs, FDs, interdiscurso, intradiscursos, formas-sujeito e posições-sujeito, em processos distintos e passíveis de falhas, de equívocos. Falamos por meio de enunciados e, como Lacan (1985b) não nos deixa esquecer, por meio de nossos corpos – e sempre mais do que imaginamos.

3 Da ACT UP Paris a outros grupos de ativismo social

No escopo teórico-metodológico da AD, o conceito de político aponta para a divisão constitutiva dos sentidos no social, para “[...] um mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*”, como afirma Pêcheux (1990, p. 12). Em razão disso, é impossível conceber qualquer agrupamento de sujeitos no qual o político não se materialize constantemente, incluindo aqueles que aparentam ser homogêneos por terem sido criados em prol de uma causa específica. Internamente, a divisão dos sentidos se marca nos enunciados verbais e, também, nos corpos dos sujeitos, uma vez que, mais do que apenas carne, são materialidades discursivas, que significam e são significadas, como defendo com a proposição conceitual de político dos corpos.

No batimento com o objeto analítico deste artigo, os corpos dos sujeitos-ativistas da ACT UP Paris no longa-metragem *120 batimentos por minuto*, a proposição contribui para o entendimento sobre como a heterogeneidade discursiva atravessa tais corpos durante as reuniões semanais internas, problematizando, ao mesmo tempo, o “efeito de consenso” (Indursky, 2019, p. 126) construído pelo grupo durante protestos em espaços públicos e privados. Trata-se de um funcionamento complexo, pois demonstra como os sentidos se dividem nos/pelos corpos dos sujeitos-ativistas, a partir dos modos como são afetados pelo inconsciente e pela(s) ideologia(s), implicando diferentes instâncias do aparato discursivo, a exemplo da FI “Ativismo Social”, da FD “Ativismo Social Relacionado à Aids” e da forma-sujeito “Ativista Social Relacionado à Aids”.

A partir do que se observa no retrato ficcional da ACT UP Paris presente em *120 batimentos por minuto*, é correto considerar que, nos grupos de ativismo social da contemporaneidade,

¹² Nos minutos iniciais do longa-metragem, a regra dos estalos de dedos é introduzida por Fabien (Jean-François Auguste) a quatro novos sujeitos-ativistas da associação. Ele explica: “Não se aplaudem as intervenções dos outros. Se quiserem expressar aprovação, podem estalar os dedos [...]. Isso não atrapalha quem está falando e não atrasa o debate”.

neidade, como os relacionados às causas ambiental, antirracista e feminista, o político dos corpos também se materializa continuamente. Ainda que construam efeitos de consenso durante protestos, os sujeitos-ativistas e os seus corpos se dividem em termos discursivos pelos modos como são afetados pelo inconsciente e pela(s) ideologia(s) no funcionamento do aparato discursivo concernente a cada grupo. Nessa dinâmica, relações de força se delineiam e, por conseguinte, conflitos de toda ordem eclodem, ainda que a causa que una a todos seja circunscrita, delimitada, única. As divisões e os embates se mostram, portanto, inexoravelmente incontornáveis.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo fomento em forma de bolsa.

Referências

- 120 BATIMENTOS por minuto. Direção: Robin Campillo. França: Imovision, 2017. 1 DVD (144 min), son., color.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALTHUSSER, L. *Posições*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CAZARIN, E. A. A análise do discurso e sua interface com o político. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 165-182.
- CAZARIN, E. A.; SOUZA, M. J. de; SILVA, N. S. da. O discurso e suas materializações: a luta pelos sentidos a partir de uma discursividade corporal de sujeitos trabalhadores. In: FERNANDES, C.; DALTOÉ, A. da S.; AIUB, G. F. (org.). *Efeitos da presença de Freda Indursky na Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2022. p. 87-108.
- CONEIN, B. Descrever um acontecimento político. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 87-102.
- COURTINE, J. *Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- COURTINE, J. O conceito de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 58-87.
- DANIEL, H. O primeiro AZT a gente nunca esquece. In: DANIEL, H.; PARKER, R. *AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. São Paulo: Iglu, 1991. p. 124-127.

- DORNELES, E. F. Político/política. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. ed. ampl. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 231-234.
- FERRARI SOARES, A. S. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.
- FLEIG, M. O mal-estar no corpo. In: KEIL, I.; TIBURI, M. (org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004. p. 131-139.
- FRANCE, D. *How to survive a plague: the story of how activists and scientists tamed AIDS*. Londres: Picador, 2017.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.
- HAYASHI, R. K. S. Memorial (im)possível: o fantasma vigiado. In: PUCCINELLI, B.; FERNANDES, F.; FONTES, R. (org.). *Aids sem capa: reflexões virais sobre um mundo pós-pandemia*. Salvador: Devires, 2022. p. 27-45.
- INDURSKY, F. *O discurso do/sobre o MST: movimento social, sujeito, mídia*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- INDURSKY, F. Que povo é esse? *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 101-114, jan.-jun. 1995. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.3.1.101-114>.
- JARDIM, E. *A doença e o tempo: aids, uma história de todos nós*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- JEOLÁS, L. S. *Risco e prazer: os jovens e o imaginário da AIDS*. Londrina: Edue, 2007.
- JORGE, M. A. C.; FERREIRA, N. P. *Lacan: o grande freudiano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.
- LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.
- LAGAZZI, S. A noção de materialidade na prática analítica discursiva. In: BARBOSA FILHO, F. R.; BALDINI, L. J. S. (org.). *Análise de Discurso e materialismos: prática política e materialidades, volume II*. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 157-175.
- LAGAZZI, S. Análise de discurso: a materialidade significativa na história. In: RENZO, A. di; MOTTA, A. L. A. R. da; OLIVEIRA, T. P. de (org.). *Linguagem, história e memória: discursos em movimento*. Campinas: Pontes, 2011. p. 275-290.
- LARA, R. M. Porta-voz. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. ed. ampl. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 235-240.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon: revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre*, v. 24, n. 48, p. 1-12, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.28636>.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013a. p. 127-139.

- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Memória discursiva em funcionamento. In: ROMÃO, L. M. S.; CORRÊA, F. S. (org.). *Conceitos discursivos em rede*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 141-152.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. O corpo como materialidade discursiva. *Redisco*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013b. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/redisco/article/view/2697>>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C.; VINHAS, L. I (org.). *O corpo na Análise do Discurso: conceito em movimento*. Campinas: Pontes Editores, 2023.
- LEWIS, T. Robin Campillo: 'I spent the 80s thinking I was going to die. Being a director seemed pointless'. *The Guardian*, Londres, 7 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2018/apr/07/robin-campillo-120-beats-per-minute-director-interview>>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- MORRIS, D. *Bodytalk: the meaning of human gestures*. Crown Trade Paperbacks: Nova York, 1994.
- NAVARRO, J. *The dictionary of body language: a field guide to human behavior*. William Morrow: Nova York, 2018. *E-book*.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PAZ, J. *Aids anunciada: a publicidade e o sexo seguro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-106.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, jul./dez. 1990. p. 7-24. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 63-75.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.
- PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 7-38.
- RAMARI, T. H. *O corpolítico entre a vida e a morte no longa-metragem francês 120 Batimentos Por Minuto*. 2023. 209f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2023.
- SOARES, M. *A AIDS*. São Paulo: Publifolha, 2001.

TIMERMAN, A.; MAGALHÃES, N. *Histórias da AIDS*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TREVISAN, J. S. *Meu irmão, eu mesmo*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2023.